CONEXÃO INTERCATEGORIAS
Informati o Virtual - 1ª Semana de Abril - 2022
contato@lutapelosocialismo.org.br

EM TODO O PAÍS, TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO LUTAM PELO PISO

Em Minas Gerais, os educadores entraram em greve no dia 9 de março, para exigir que o governador Romeu Zema (NOVO) pague o Piso Nacional da Educação, reajustado em 33,2% neste ano de 2022. Vale lembrar que o valor do Piso permaneceu congelado em 2021 e teve reajuste inferior ao que determina a lei em 2020. O que está em jogo é o simples cumprimento de uma lei que estipula o mínimo a ser pago a um trabalhador da Educação. Hoje, os professores mineiros recebem metade do valor do Piso e os auxiliares de serviços de educação básica recebem abaixo do salário-mínimo.

Na maioria dos estados e nas redes municipais de todo o país, a luta é a mesma. E a repressão também: a ameaça de corte de ponto de grevistas, como Zema fez em Minas Gerais, judicializando a greve, tem sido constante.

Em São Paulo, os professores enfrentaram a farsa criada pelo governador João Dória (PSDB) que anunciou na imprensa um ilusório reajuste, maior que o oferecido aos outros servidores. Na realidade, para os docentes, o governo condicionou qualquer reajuste salarial à aprovação do Projeto de Lei Complementar - PLC 3/22, que retira direitos históricos da categoria, aprovado na última terça-feira, 29/3.

Os professores paulistas estiveram em manifestações, nas ruas, no dia 16, Dia Nacional de Luta Pela Educação, e na Alesp, no dia 29/3, contra a aprovação do PLC3/22.

A "nova carreira" substituirá salários por subsídios e colocará fim à contagem de tempo de serviço como fator de evolução, com excessiva lentidão para essa evolução. Os professores terão assembleia no dia 8/4 e prometem ir à greve contra todos os ataques que estão sofrendo. Entre as reivindicações da categoria estão a reposição imediata de 33,2%. O suposto reajuste salarial para quem aderir a nova carreira, na verdade, será o pagamento dado ao aumento de trabalho, pois ela prevê que a totalidade da jornada seja exercida na escola, com horas aulas de 60 minutos.

O reajuste anual do Piso é definido por uma lei federal de 2008 e deve ser repassado anualmente aos salários dos professores. No entanto, ao não fazerem os repasses anuais, estados e municípios transformaram, ao longo dos anos, o Piso em teto. Hoje, os trabalhadores da Educação têm que lutar para alcançar o mínimo exigido por lei.

A luta por Educação Pública de qualidade passa pela valorização salarial da categoria e garantia de condições de trabalho. Em greves e nas ruas, esta luta deve ser nacionalmente unificada em torno da defesa dos serviços públicos como direito de todos e impulsionada pelas organizações que representam os trabalhadores. É preciso seguir o exemplo dos que estão na luta e fortalecer o poder de pressão dos trabalhadores pelos seus direitos.

LPS
LUTA PELO SOCIALISMO

Balbúrdia no MEC é regra no governo Bolsonaro

No último dia 28, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, entregou sua carta de demissão após novas denúncias de corrupção abalarem o MEC. Enquanto desmonta a Educação Pública brasileira, com cortes de recursos em todas as áreas e desvalorização dos servidores, o MEC virou, com Milton Ribeiro, um cassino para negociatas de pastores fundamentalistas que, em nome de apoio ao governo, ganharam status de intermediadores de prefeitos para acesso a recursos públicos. As negociações envolviam até pagamentos em barras de ouro.

O MEC já foi usado, neste governo, para perseguir professores, desmontar políticas públicas de inclusão, como os direitos indígenas e quilombolas, e para tentativas de privatização das Universidades brasileiras, com a proposta do Future-se. No ENEM, crescem o conservadorismo fundamentalista na elaboração das provas e o assédio moral contra servidores que não se submetem ao controle ideológico bolsonarista.

Ribeiro assumiu que agia a pedido do presidente Jair Bolsonaro, que usa a máquina do Estado para tentar garantir sua reeleição e dar continuidade ao seu projeto de destruir os direitos da classe trabalhadora, como o direito à Educação pública de qualidade. Victor Godoy Veiga, até então secretário-executivo da pasta, será o substituto interino. Trata-se do quinto a ocupar a vaga em um dos ministérios que possui os maiores recursos da União. Veiga foi responsável por ameaçar servidores que tentassem levar para Polícia Federal a investigação da Unifil, de Londrina-PR, em que uma fraude teria ocorrido a partir do vazamento da avaliação do ensino superior. A balbúrdia promete continuar.

Em defesa da Educação pública de qualidade e para todos: todos às ruas e às urnas pelo Fora Bolsonaro e todo seu governo.

Trabalhadores de TI reivindicam melhores salários e condições de trabalho

Pesquisa realizada recentemente pelo Grupo GARTNER mostrou que apenas 29,1% dos funcionários de TI têm planos sólidos para permanecer com seu empregador atual. É a taxa mais baixa entre todas as funções corporativas.

Os trabalhadores exigem não apenas salários mais altos, mas melhores condições de trabalho e um modelo de trabalho mais centrado nas necessidades do ser humano. Por outro lado, pesquisa da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Tecnologias Digitais (Brasscom), de 2021, revela a estimativa de que o Brasil tenha uma demanda próxima de 800 mil profissionais até 2025 nos setores de programação, desenvolvimento e outros. Ou seja, serão 160 mil vagas de TI por ano. Em 2019, as estatísticas da instituição projetaram mais de 55 mil vagas de TI para 2021 e, até setembro, o setor já havia contratado mais de 123 mil novos profissionais. Especialistas afirmam que o Brasil precisaria criar um 'exército de novos profissionais de TI até 2025'.

Todavia, esta realidade não tem tido repercussão nas negociações de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho. O patronato contesta o resultado das pesquisas e se esforça para não conceder sequer a recomposição das perdas salariais comprovando que a lógica das políticas neoliberais é fazer com que o peso da crise econômica recaia somente nos ombros dos trabalhadores.

LPS
LUTA PELO SOCIALISMO